

**24^{os} ESTADOS GERAIS DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS
E REGIÕES DA EUROPA**

**« PRONTOS PARA O FUTURO ?
COMO É QUE SE PREPARAM OS PODERES LOCAIS E REGIONAIS**

Malmö, 24 de Abril de 2009

DECLARAÇÃO FINAL

Nós, Presidentes de Câmara, Responsáveis, Eleitos e Representantes dos municípios, cidades, províncias, condados e regiões da Europa, reunidos em Malmö na Suécia a 24 de Abril de 2009 por ocasião dos 24^{os} Estados Gerais do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, declaramos o seguinte :

1. Há muitos anos que a Europa tem vindo a desenvolver com sucesso projectos comuns e a derrubar barreiras e muros no processo de construção de uma sociedade mais equilibrada, justa, com base na cooperação e solidariedade. No entanto, nos últimos anos, a Europa teve de fazer face a uma série de desafios com uma importância e uma intensidade crescentes – incluindo as alterações demográficas e a diversidade social, as evoluções tecnológicas, as alterações climáticas e o aquecimento global, a necessidade de uma energia mais segura e mais limpa, e uma concorrência económica mais severa. Não só os governos locais e regionais devem preparar-se face a tais desafios, mas estão sobretudo na primeira linha no que a eles diz respeito, e desempenham um papel da maior importância para os enfrentar de forma a promover um desenvolvimento sustentável.
2. Reafirmamos, aqui em Malmö, o nosso compromisso em adaptar e desenvolver os nossos serviços para fazer face a esses desafios – tanto a curto prazo como a longo – e assegurar que estamos efectivamente « prontos para o futuro », trabalhando em parceria com os níveis de governo europeu e nacional.
3. Não obstante, durante estes últimos 6 meses, a crise financeira e económica mundial afectou severamente quase todas as partes da Europa, com consequências da maior importância para os governos locais e regionais em especial, aqueles para os quais os cidadãos se viram nestes tempos de dificuldades económicas para obter protecção e apoio. Esta situação dá uma nova dimensão de urgência aos desafios com que nos deparamos, que incluem o apoio às políticas territoriais necessárias para promover a inovação e a investigação.
4. A eleição do Parlamento Europeu terá lugar em Junho. Esta eleição constitui o grande encontro democrático da Europa com os seus cidadãos. Reveste especial importância para cada um de nós, quer estejamos dentro ou fora das fronteiras da União Europeia.

5. Precisamente por ser um momento especialmente difícil da evolução económica e social da Europa, desejamos reafirmar alguns princípios fundamentais sobre a direcção que queremos que ela tome – tais princípios são também apresentados no Manifesto do CMRE para os Poderes Locais e Regionais com vista à próxima eleição do Parlamento:

6. **Uma Europa forte e unida – economicamente, socialmente e politicamente – e que reconhece plenamente o papel chave dos seus poderes locais e regionais.**

A Europa não pode permitir-se divisões ou incoerências nas circunstâncias difíceis que prevalecem hoje; é fundamental que a União seja reforçada em todas as suas dimensões, e que se dê resposta à crise económica e social. Tornou-se claro para todos: a justaposição de planos nacionais de estímulo económico sem coordenação, já nos demonstrou os limites resultantes das abordagens exclusivamente intergovernamentais. **Necessitamos de uma governação forte, eficaz e democrática:** um Conselho Europeu que se comprometa totalmente, uma Comissão que apresenta propostas e toma medidas e um Parlamento que assume todas as suas responsabilidades. Todas as instituições devem desempenhar plenamente e activamente o seu papel respondendo aos desafios que enfrentamos, num espírito de parceria com todos os níveis de governação.

7. **Uma Europa que recusa fechar-se sobre si mesma e rejeita o proteccionismo**

Dada a amplitude e a duração provável da crise económica, devemos precaver-nos contra o risco de os governos individuais tentarem proteger os seus próprios cidadãos independentemente dos custos que isso acarrete para os outros. Da mesma forma, devemos assegurar-nos que a Europa não vira as costas ao resto do mundo. Se tais medidas fossem implementadas causariam danos políticos, económicos e sociais bem mais graves. Vinte anos após a queda da Cortina de Ferro, a Europa deverá recusar que se ergam novas barreiras no nosso continente, contra os vizinhos da União ou outros para além das suas fronteiras.

8. **Uma Europa de tolerância e de respeito, aberta ao mundo e em consonância com ele**

Devemos opor-nos, sempre com um rigor acrescido, a qualquer forma de intolerância, de racismo, de xenofobia e de nacionalismo agressivo. Trata-se de um dever fundamental de todas as estruturas democráticas europeias, do Parlamento europeu à comunidade local.

Por outro lado, o aumento da imigração ao longo das últimas décadas acarretou mudanças ao nível do perfil demográfico, social e étnico das nossas vilas e cidades:

este processo pode gerar numerosas vantagens, mas pode também colocar-nos face a desafios, em especial o de uma integração conseguida. Como tal, devemos dispor de políticas eficazes a todos os níveis em matéria de migração; estas devem também abranger a imigração ilegal que pode ter consequências sociais negativas.

A Europa deve também fazer prova dessas qualidades de tolerância, de respeito e de abertura no domínio internacional – para promover a paz e o diálogo intercultural, para resolver os conflitos, para vencer a pobreza e implementar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Acreditamos que estes objectivos podem ser fomentados através do reforço da cooperação internacional e da geminação entre cidades Europeias com outras em países em desenvolvimento, principalmente em África, e através do compromisso pleno dos estados relativamente à ajuda pública necessária para o desenvolvimento. Para alcançar esses objectivos, apoiamos o valioso trabalho da nossa organização mundial, Cidades e Governos Locais Unidos e também a Aliança das Civilizações.

9. Uma Europa dotada de uma dimensão social forte

A crise actual sublinha uma vez mais a necessidade de um equilíbrio entre a acção das forças do mercado e uma estrutura sólida de solidariedade e de protecção sociais. Numa altura em que cada país no seio da União dispõe dos seus próprios meios para garantir a protecção social e fornecer os serviços sociais, reafirmamos o nosso apego a um modelo social europeu que deve continuar a apoiar os que se encontram numa situação de carência ou que sofrem de exclusão ou de discriminação.

E, os poderes locais e regionais na Europa estão, e devem permanecer, no coração deste modelo e desta rede de protecção social desenvolvida por todo o continente.

10. Uma Europa próxima das suas raízes locais e regionais, e dos seus representantes eleitos ao nível local e regional.

A história da Europa é também a história das suas vilas e cidades, das suas regiões e das suas nações. É por isso que uma Europa centralizada, que imponha o seu poder a partir do mais alto nível, não conseguirá ganhar o apoio dos seus cidadãos.

Salientamos que a maioria das políticas Europeias necessita do compromisso activo dos governos locais e regionais, desde o seu início até à sua implementação de forma a obter os melhores resultados. As instituições Europeias e os governos nacionais devem, portanto, reconhecer e respeitar esta contribuição e assegurar que as autoridades locais e regionais têm ao seu dispor os meios financeiros e capacidade necessários.

Neste sentido, destacamos a importância do trabalho do Conselho da Europa, em particular o Congresso das Autoridades Locais e Regionais e a Carta de autonomia local, que preserva os princípios da Europa próximos das suas raízes locais, que esperamos melhorar, com base em parcerias, para apoiar os nossos objectivos comuns.

Saudamos o reconhecimento pelos chefes de governo da UE, na Declaração de Berlim de 2007, que na Europa de hoje, « as tarefas a realizar são partilhadas entre a União Europeia, os Estados membros e as suas autoridades locais e regionais». E, reafirmamos o nosso apoio ao Tratado de Lisboa, que iria pela primeira vez num Tratado Europeu, reconhecer devidamente o papel dos poderes locais e regionais democráticos, tendo, portanto, um impacto prático real nas vidas dos nossos cidadãos.

11. Uma Europa democrática que implica e empenha os seus cidadãos

Celebramos em 2009 o 20º aniversário da decisão do Parlamento Europeu de implementar um programa de ajuda financeira às geminações. Esta decisão revelou-se muito importante já que permite aos cidadãos de todo o continente de se encontrarem e de se conhecerem melhor, em particular durante as fases de alargamento da União. Acreditamos que as geminações com os países do sudeste da Europa podem desempenhar um papel importante no contexto actual.

12. Reconhecemos que, enquanto a Europa se desenvolve e muda, nós precisamos desenvolver novas maneiras para juntar os cidadãos, e modernizar a imagem e a realidade das geminações. Devemos implicar neste processo secções mais alargadas da população. Estamos convencidos que a União europeia deve reforçar e melhorar a eficácia e o financiamento da sua acção no domínio da cidadania activa e das geminações no futuro.
13. Em 2009, celebramos de igual modo o 20º aniversário da vitória final do movimento de Solidariedade e as eleições livres na Polónia, as alterações noutros países da Europa central e a queda do Muro de Berlim, que rapidamente levou à reunificação da Europa e à expansão da democracia aos níveis local e regional nos países da Europa central e oriental. Durante mais de 50 anos, o apoio à autonomia e à democracia locais e regionais, bem como às geminações, estiveram presentes entre os temas chave do CMRE. Trata-se de duas faces da mesma realidade – uma Europa democrática que encontra as suas raízes nos municípios, e que empenha os cidadãos em todos os domínios da sua vida.
14. Mas, uma Europa fundada numa democracia a todos os níveis deve sobretudo ter uma voz democrática e uma instituição forte. É por isso que nós todos, oriundos dos Estados membros da União Europeia, temos a responsabilidade de incentivar os

nossos cidadãos a votar aquando da eleição do Parlamento Europeu em Junho, e explicar quais os desafios chave. Apelamos aos nossos colegas de toda a União para que se juntem a nós para cumprirmos esta missão.

* * * * *

24^{os} ESTADOS GERAIS DO CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA

Malmö, 24 de Abril de 2009

RESOLUÇÃO

OS GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS NA EUROPA: FACE AO FUTURO

Nós, Presidentes de Câmara, Responsáveis, Eleitos e Representantes dos municípios, cidades, províncias, condados e regiões da Europa, reunidos em Malmö na Suécia a 24 de Abril de 2009 por ocasião dos 24^{os} Estados Gerais do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa adoptámos a seguinte resolução:

RESPOSTA À CRISE ECONÓMICA

1. Nestes tempos difíceis, os cidadãos dirigem-se em primeiro lugar às suas entidades locais e regionais para obterem ajuda. Paralelamente, é precisamente nestes momentos de recessão – quando existe uma pressão para aumentar as despesas referentes à assistência social e aos serviços sociais para os mais desfavorecidos – que os nossos recursos financeiros se encontram mais afectados pela redução dos rendimentos gerados pelos impostos, pelas transferências financeiras e outras fontes de rendimentos.
2. Tomamos nota das medidas tomadas ao nível internacional (pelo G20), ao nível europeu, e na maioria dos Estados Membros, para estabilizar o sistema financeiro e promover a retoma económica nestes tempos difíceis. A pertença à eurozona, - insistimos em sublinhá-lo -, foi positiva para os países desta zona que viveram dificuldades especiais. Estamos convencidos que uma regulação mais forte e apropriada das instituições financeiras que podem constituir um risco sistémico será necessária no futuro.
3. Acreditamos que os governos locais e regionais ocupam um lugar único para desempenhar um papel chave na implementação de programas de estímulo e de recuperação económica, e que os nossos investimentos têm mais hipóteses de obter resultados mais rápidos do que os efectuados a outros níveis. Não obstante, alguns governos nacionais não tomaram em consideração a necessidade de implicar as suas autarquias locais e regionais e trabalhar em colaboração com elas, uma situação que deve ser rectificada com urgência.
4. Apelamos às instituições europeias, ao Conselho Europeu e aos governos nacionais para que orientem uma parte bastante mais importante dos investimentos previstos nos programas de retoma económica actuais e futuros para os poderes locais e

- regionais. Esses programas deveriam ser orientados a curto prazo para investimentos que possam ser implementados rapidamente e que contribuam para alcançar objectivos europeus a mais longo prazo, como a eficácia energética e o reforço da competitividade. Os programas de retoma devem também apoiar as pequenas e médias empresas, componentes essenciais da economia europeia. É o nosso dever para com as futuras gerações certificar que estes investimentos são económicos, ambientais e socialmente inovadores, sustentáveis e orientados para o futuro.
5. Pedimos às instituições europeias e aos Estados membros que façam prova de uma maior flexibilidade para assegurar que as regras sobre as ajudas de Estado e os fundos estruturais possam ser utilizados da forma mais simples e mais criativa no contexto actual (por exemplo, aumentando a parte de co-financiamento da União). Processos mais flexíveis no âmbito dos concursos públicos deveriam ser autorizados, como propõe a Comissão Europeia sem, no entanto, colocarem em questão a transparência e imparcialidade.
 6. Apreciamos o papel do Banco Europeu de Investimento que tomou medidas a favor da retoma, em colaboração com os governos locais e regionais, e sublinhamos a importância de alargar mais este tipo de programas.
 7. Apelamos igualmente aos governos nacionais para que envolvam os seus poderes locais e regionais, como parceiros, na luta contra a crise, e obtenham os meios – financeiros e outros – para exercerem as suas responsabilidades em matéria de protecção social e de assistência às vítimas da crise. Trata-se nomeadamente de proteger as bases financeiras e os recursos das colectividades locais e regionais. Salientamos que vários estados encontraram formas de compensar os seus governos locais pelo aumento das despesas necessários para fazer face às crescentes necessidades dos seus cidadãos e incentivamos outros governos a seguir estas boas práticas.
 8. Em suma, acreditamos que a contribuição potencial dos governos locais e regionais na luta contra a crise económica ainda não foi totalmente compreendida nem utilizada pela União Europeia, nem pela maioria dos Estados Europeus. Propomos o conceito de um «New Deal local e regional» e exigimos que a crise actual seja utilizada para alcançar um melhor equilíbrio entre as políticas económicas, ambientais e sociais.

RESPOSTA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

9. É actualmente óbvio que as alterações climáticas se produzem a um ritmo ainda mais rápido do que o previsto pela comunidade científica internacional há alguns anos. Em 2009 o mundo enfrenta um dos seus maiores desafios. Pode a comunidade

internacional, por ocasião da conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas que terá lugar em Copenhaga em Dezembro, chegar a um acordo global com um alcance suficiente, obtendo um apoio universal empenhado, para proteger a terra das consequências mais severas das alterações climáticas, e ajudar os que por elas são afectados?

10. A União europeia deve continuar a desempenhar um papel de primeiro plano, com o apoio de todos níveis de governo. Os poderes locais e regionais na Europa e no mundo estiveram no primeiro plano na questão das alterações climáticas e são uma ligação crucial entre os compromissos internacionais, Europeus e nacionais e as acções individuais. Encontramo-nos numa posição única para tomar medidas para mitigar as alterações climáticas e a sua adaptação através dos nossos serviços, proporcionando liderança às comunidades que servimos. Temos de fazer mais para partilhar a nossa experiência e as nossas boas práticas, com parceiros europeus e outros noutros locais do mundo, nomeadamente com os países em vias de desenvolvimento.
11. Para alcançar esses objectivos, oferecemos o nosso apoio à Cimeira das Cidades e Regiões sobre Alterações Climáticas (Copenhaga, 2-4 de Junho de 2009) que constituirá um encontro importante para o movimento internacional das cidades e poderes locais na preparação da Conferência Intergovernamental das Nações Unidas.

Neste sentido, apoiamos o trabalho que a nossa organização mundial, a CGLU, está a desenvolver com todos os seus parceiros de governos locais, de forma a proporcionar uma voz política unida para as autoridades locais e regionais nas negociações internacionais que estão a decorrer.

12. Desejamos e esperamos que a Conferência intergovernamental de Copenhaga em Dezembro alcance um acordo efectivo, que compreenda objectivos e compromissos ambiciosos entre todos os Estados membros para reduzir o alcance do aquecimento global e das alterações climáticas futuras. Estas medidas deveriam comportar objectivos por sector (produção de electricidade, transporte, etc.) e um mecanismo de monitorização eficaz permitindo o controlo da sua implementação.
13. Desejamos em particular que este novo acordo internacional pós Quioto reconheça o papel dos poderes locais e regionais enquanto parceiros chave na luta contra as alterações climáticas, e apelamos à União Europeia, às organizações internacionais e aos Estados membros da União Europeia e das Nações Unidas para apoiarem este pedido. Relembramos que a Agenda 21 (adoptada aquando da Cimeira da Terra no Rio em 1992) afirmava que « a participação e a cooperação das autoridades locais serão um factor determinante » na realização dos seus objectivos.

Expressamos o nosso desejo de que os poderes locais e regionais assinem o Pacto de Istambul sobre a Água, um documento que sublinha o seu papel e responsabilidade em relação à gestão de água e saneamento.

14. Os governos locais e regionais também desempenham um papel chave no que respeita à energia. Todos somos utilizadores, compradores e, em alguns casos, produtores importantes de energia ; podemos influenciar a utilização futura através de planificação e outras políticas, e podemos aconselhar e incentivar os nossos cidadãos sobre questões energéticas. As decisões e as medidas adoptadas sobre a energia pelos poderes locais e regionais são também elas fundamentais para as questões referentes à protecção climática e à segurança do aprovisionamento energético.
15. Reafirmamos o nosso compromisso em contribuir para alcançar os objectivos energéticos da UE, ou seja a redução das emissões de CO₂, a melhoria da eficácia energética, e o aumento de 20 % das energias renováveis até 2020 e a redução das emissões em 30% após um acordo internacional. Apoiamos também iniciativas tais como o Pacto dos Presidentes de Câmara que visa ir além destes objectivos.
16. Numa palavra, os poderes públicos – incluindo os poderes locais e regionais – devem dar o exemplo e tomar medidas corajosas para contribuir para o desenvolvimento de uma economia e de uma sociedade pouco tributárias do carbono. Tais medidas exigem uma participação activa e um compromisso por parte das populações locais e do sector privado.

RESPOSTA ÀS ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS E AO DESAFIO DA MELHORIA DA QUALIDADE

17. Quase todos os países europeus irão conhecer alterações demográficas da maior importância nos próximos cinquenta anos. A maioria conhecerá um número e uma percentagem crescentes de idosos para os quais será necessário assegurar um volume e uma gama mais lata de serviços de saúde e sociais; e isto, provavelmente sem aumento correspondente de rendimentos. Em alguns países, uma diminuição global é esperada enquanto que noutros prevemos um crescimento da população devido parcialmente a uma imigração recente. Todos estes elementos vão acarretar alterações ao nível das necessidades e da procura dos serviços fornecidos pelos poderes locais e regionais, exigindo, portanto, medidas eficazes para a inclusão.
18. Reconhecemos assim a necessidade de ser proactivos adaptando os nossos serviços e as nossas estruturas de emprego para enfrentar o perfil demográfico oscilante das nossas sociedades. Os nossos directores e empregados deverão desenvolver novas qualificações e oferecer novos métodos de prestações de serviços. As nossas forças de trabalho deverão reflectir a diversidade das populações locais. Sublinhamos a

importância de um diálogo social local eficaz entre o patronato e os sindicatos que representam os trabalhadores, para se prepararem e se adaptarem às alterações que teremos de enfrentar.

19. A necessidade de aumentar a qualidade dos nossos serviços não se limita a questões ligadas a alterações demográficas. É uma questão fundamental inerente à nossa missão enquanto representantes dos governos locais e regionais. As medidas a tomar incluem : a modernização das estruturas que devem ser garantidas e que devem estar adaptadas ao futuro, a utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) para aumentar a eficácia, o investimento na formação do pessoal a todos os níveis, bem como a formação através do benchmarking, da autoavaliação e das avaliações pelos pares, etc.
20. Sublinhamos o papel importante das associações nacionais ao nível da organização da promoção destas actividades. Reafirmamos que as questões de qualidade e de avaliação são da responsabilidade dos próprios governos locais e regionais (que são responsáveis perante os eleitores), e opomo-nos a medidas tomadas no plano nacional ou europeu com vista à imposição das obrigações de resultados.

RESPOSTA ÀS ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS AO NÍVEL DOS GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS

21. Constatamos que num certo número de países aconteceram recentemente ou provavelmente irão acontecer brevemente alterações importantes ao nível dos governos locais e regionais. Estas alterações compreendem fusões entre autarquias locais para aumentar a sua eficiência ou a sua eficácia, ou a supressão de um nível de governo intermédio, ou a criação de um novo governo regional.
22. Preocupamo-nos especialmente em assegurar que, no quadro dessas alterações, os cidadãos estejam envolvidos neste processo e que as bases financeiras dos governos locais e regionais sejam protegidas. Quando existem municípios que sofrem uma fusão, quando novas competências são transferidas para o nível local ou regional, ou quando são realizadas alterações ao nível do sistema de impostos local, existe um risco de que os recursos correspondentes não sejam colocados à disposição. Apelamos fortemente aos Estados europeus para que cumpram as suas obrigações nos termos do artigo 9º da Carta Europeia de Autonomia Local (disposições financeiras).

RESPOSTA AO DESAFIO DA IGUALDADE DE GÉNERO

23. Reafirmamos o nosso compromisso a favor da igualdade de género em todos os domínios da vida, acentuando em especial a necessidade de uma representação equilibrada das mulheres e dos homens no seio das estruturas políticas de cada país,

em especial – segundo a nossa perspectiva – daqueles e daquelas que são eleito(a)s no seio das autarquias locais e regionais. Saudamos o sucesso da Carta Europeia para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens na Vida Local, lançada por ocasião dos nossos últimos Estados Gerais de Innsbruck, e ratificada hoje por cerca de 900 autarquias locais e regionais. Incentivamos todas as autoridades locais regionais a assinar esta Carta, e saudamos todas as propostas sobre um acompanhamento eficaz que permita ajudar os signatários a implementar os objectivos da Carta.

24. Apelamos às instituições europeias para que tomem, no seu próximo mandato, medidas positivas para promover a igualdade de género com determinação, e que dêem especial importância à promoção dessa igualdade ao nível local e regional. Acreditamos que a Comissão Europeia e o Parlamento deveriam trabalhar eficazmente em colaboração com o CMRE neste âmbito, de forma a apoiar os objectivos da Carta.

RESPOSTA AO DESAFIO DA COESÃO TERRITORIAL

25. Felicitamo-nos pelo especial interesse concedido ao conceito de « coesão territorial », ou seja ao desenvolvimento integrado (económico, social e ambiental) de uma região, de uma cidade ou de um município – pois é em cada um dos nossos territórios que a combinação das políticas local, regional, nacional e europeia deve poder ser implementada para servir as nossas populações.
26. O debate sobre o futuro do quadro financeiro da União Europeia para o período pós 2013, e em especial o futuro da política de coesão, vai começar em breve. Quanto a nós, reafirmamos o nosso empenho a favor de uma política de coesão europeia ambiciosa, dotada de meios financeiros suficientes. Tal política – continuando a conceder uma ajuda especial às regiões com um atraso de desenvolvimento – deveria estar aberta a todas as regiões e às autarquias locais da União, contribuindo para a implementação do seu desenvolvimento sustentável e optimizando o seu potencial económico e social. Consideramos que as regras sobre o financiamento da política da coesão deveriam ser menos rígidas e melhor harmonizadas com as estratégias locais e regionais de desenvolvimento.
27. Consideramos que as políticas urbanas e rurais, assim como o seu financiamento, devem ser melhor coordenadas e integradas ao nível europeu : a divisão actual das responsabilidades no seio da Comissão Europeia não gera os melhores resultados. As economias urbanas e rurais são frequentemente estreitamente interconectadas e deveriam ser previstas conjuntamente no âmbito de uma abordagem holística. Por outro lado, a política de desenvolvimento rural da Comissão deve prever uma abordagem do desenvolvimento económico mais lata do que a actual.

RESPOSTA AOS DESAFIOS INTERNACIONAIS

28. É do interesse geral que a União Europeia desenvolva uma boa parceria com todos os seus vizinhos. Acreditamos que os governos locais e regionais – de todos os Estados europeus, membros da União ou não – podem e devem desempenhar um papel mais importante na política de vizinhança da União, através de geminações, de parcerias e de actividades conjuntas.
29. Incentivamos o CMRE a prosseguir a sua acção com as associações dos países dos Balcãs ocidentais, e a consolidar a sua parceria com o NALAS, em especial para dar o seu apoio às autarquias locais nos seus preparativos com vista à adesão à União Europeia.
30. Esperamos de igual modo que relações mais estreitas possam ser estabelecidas, conjuntamente com as Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), com as entidades locais e regionais das margens ocidental e oriental do Mediterrâneo, e para além dele. Saudamos as medidas tomadas para reforçar a parceria euromediterrânica aos níveis local e regional.
31. Apelamos às iniciativas levadas a cabo pelo CMRE e o CGLU com vista à promoção do entendimento entre as autarquias locais de Israel e da Palestina, e sublinhamos o nosso compromisso em prosseguir os nossos esforços, em colaboração com as suas associações nacionais, a favor de uma resolução pacífica e equitativa do conflito, fundada em dois estados democráticos viáveis. Agradecemos à Aliança Municipal para a Paz, ao Comité Permanente para o Partenariado Euromediterrânico dos Poderes Locais e Regionais e à Rede Europeia das Autarquias Locais para a Paz no Médio Oriente pelos seus esforços constantes.
32. Reafirmamos com veemência o nosso empenho relativamente ao papel das autarquias territoriais na cooperação internacional para o desenvolvimento. As autarquias locais desempenham um papel de parceria importante a desempenhar contribuindo para a implementação dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, reforço dos processos eficazes de descentralização e democratização, e, de uma forma geral, de apoio ao desenvolvimento económico e institucional local nos países com baixos rendimentos.
33. Apraz-nos o facto da Comissão Europeia e do Parlamento terem reconhecido a importância do seu papel, nomeadamente através da criação de um programa específico: Actores não estatais e Autoridades locais. É também nosso prazer constatar a existência da nova Carta Europeia para o desenvolvimento de cooperação para o apoio aos poderes locais. Saudamos calorosamente a criação da nova plataforma Europeia das colectividades locais e regionais para o

desenvolvimento, e apelamos a uma melhor representação da voz das colectividades territoriais face à Comissão Europeia e do Parlamento neste âmbito.

34. Finalmente sublinhamos o papel importante da nossa associação mundial, Cidades e Governos Locais Unidos, a favor da paz, do desenvolvimento e da democracia, e expressamos a nossa vontade de trabalhar em estreita colaboração com o CGLU, na nossa qualidade de secção europeia, para promover os nossos valores comuns no âmbito internacional.

* * * * *